

Juízes Ou Burocratas? PDF

CLARA MOTA

JUÍZES OU BUROCRATAS?

Práticas, procedimentos e
desempenhamento da judicatura do
tribunal de primeira instância do Brasil

CLARA MOTA



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Explorando a Judicialização na Previdência Social Brasileira

Este livro preenche uma importante lacuna na literatura sobre a judicialização das políticas públicas ao abordar especificamente a litigância relacionada à previdência social no Brasil. A obra investiga as dinâmicas que permeiam esse fenômeno, examinando os argumentos que fundamentam as decisões judiciais que podem tanto negar quanto conceder benefícios. O autor utiliza um estudo de caso centrado na previdência rural para ilustrar essas questões.

Contrapondo-se à visão tradicional que preconiza a separação de poderes, o autor argumenta que os juízes atuam como implementadores de políticas públicas, interagindo diretamente com as partes envolvidas de maneira única e frequentemente discricionária. O elevado número de ações previdenciárias gera uma judicialização que pode ser vista como um segundo round da administração pública, estreitando as relações entre juízes e servidores públicos, e levando em conta fatores de seletividade e estereotipização dos beneficiários.

Neste campo, que muitas vezes é criticado por não atender a critérios de eficiência econômica e orçamentária, a obra revela que a cruel aleatoriedade na concessão de benefícios - descrita como uma "loteria" judicial - impõe também graves custos humanos, contribuindo para uma reflexão mais

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

profunda sobre as implicações da judicialização.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Gerenciamento de Tempo

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes

Mini Hábitos

Hábitos Atômicos

O Clube das 5 da Manhã

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Como Não

Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Juízes Ou Burocratas? Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Juízes Ou Burocratas?**

O livro 'Juízes ou Burocratas?' de Clara Mota é uma leitura essencial para profissionais do direito, estudiosos da administração pública e cidadãos interessados em compreender a dinâmica do sistema judiciário e a atuação da burocracia no Brasil. Além disso, acadêmicos de áreas como ciências sociais, políticas públicas e direitos humanos também poderão se beneficiar das reflexões da autora sobre a eficácia e os desafios da Justiça em um estado contemporâneo. Por fim, leitores que buscam uma análise crítica das instituições públicas e suas interações com a sociedade encontrarão no texto de Mota uma rica fonte de debate e reflexão.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Juízes Ou Burocratas? em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução aos Juízes e Burocratas	Apresenta o contexto da pesquisa, destacando a importância da administração pública e a relação com as figuras dos juízes e burocratas.
2	Definições e Divergências	Define o que são juízes e burocratas, discutindo as diferenças e semelhanças entre suas funções e papéis na sociedade.
3	Papel dos Juízes	Explora a função dos juízes, destacando sua importância na justiça e nas decisões legais, e como influenciam a sociedade.
4	Função dos Burocratas	Analisa o papel dos burocratas no governo, suas responsabilidades administrativas e como operam dentro das instituições.
5	Interseção entre Judiciário e Burocracia	Discute as interações e conflitos entre juízes e burocratas, incluindo casos exemplares e suas repercussões.
6	Consequências da Burocratização	Examina as consequências da crescente burocratização na administração pública e no sistema judiciário, com impactos na eficiência.
7	Estudos de Caso	Apresenta estudos de caso onde as dinâmicas entre juízes e burocratas são exemplificadas, evidenciando situações práticas.



Capítulo	Tema	Resumo
8	Recomendações e Conclusões	Fornecer recomendações para melhorar a relação entre juizes e burocratas e concluir com reflexões sobre o futuro da administração pública.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Juízes Ou Burocratas? Lista de capítulos resumidos

1. A Questão do Poder Judicial no Brasil: Uma Introdução Crítica
2. Burocratas ou Juízes: Qual o Papel de Cada um?
3. A Influência das Decisões Judiciais sobre a Administração Pública
4. A Eficiência da Burocracia e a Justiça Brasileira
5. Desafios e Oportunidades na Era da Justiça Descentralizada
6. Reflexões Finais: Caminhos para um Novo Modelo de Justiça

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. A Questão do Poder Judicial no Brasil: Uma Introdução Crítica

O Poder Judicial no Brasil é um tema que suscita intensos debates e reflexões sobre sua estrutura, funções e impactos na sociedade. Trata-se de uma instituição essencial para a manutenção do Estado democrático de direito, porém sua atuação frequentemente é alvo de críticas, especialmente no que tange à sua independência, ao ativismo judicial e à burocratização de seus processos.

Historicamente, o Judiciário vem enfrentando um complexo dilema: enquanto deveria ser um guardião da justiça e dos direitos fundamentais, sua imagem é, por vezes, associada à morosidade, à ineficiência e à falta de acolhimento às demandas da sociedade civil. O conceito de "burocratas" versus "juízes" emerge como uma metáfora poderosa para ilustrar as tensões envolvidas na atuação do Judiciário. Por um lado, temos a figura do juiz, individual e humanamente comprometido com a Justiça, que busca decidir com base na interpretação da lei e na proteção dos direitos humanos. Por outro lado, a figura do burocrata reflete uma visão mais fria e distanciada, onde o procedimento e a formalidade podem prevalecer sobre a busca efetiva por soluções justas e equitativas.

A crítica ao modelo atual do Poder Judicial brasileiro questiona se o sistema judiciário tem se comportado mais como um conjunto de burocratas que se



limitam a aplicar normas às situações concretas sem um olhar mais atento e humano, ou se ainda conseguem operar dentro do ideal de juízes comprometidos com a realização da justiça. O aumento no número de processos, a complexidade do sistema legal e o volume de demandas acumuladas nos tribunais são indícios de que a estrutura pode estar se caminhando para uma crescente desumanização, onde números e estatísticas se sobressaem sobre as histórias de vida dos indivíduos que buscam justiça.

Outro aspecto crítico a ser considerado é a relação entre o Judiciário e as outras esferas de poder, especialmente o Executivo. A independência judicial é fundamental para o equilíbrio entre os poderes, mas também suscita a preocupação com a possibilidade de decisões que extrapolem funções ou que se tornem um empecilho à governabilidade. Esse cenário destaca a necessidade de refletir sobre como o Judiciário pode ser um agente de transformação social, ao mesmo tempo em que é necessário evitar sua transformação em um poder que não atue de maneira harmônica com os outros poderes.

Em suma, a introdução crítica à questão do Poder Judicial no Brasil revela as dualidades e complexidades que permeiam sua atuação. Esse capítulo pretende não apenas identificar as fraquezas e limitações do sistema judiciário, mas também apontar possíveis caminhos para um fortalecimento da justiça, onde o juiz e o burocrata possam coexistir de forma a garantir o



pleno exercício da justiça e da cidadania.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Burocratas ou Juizes: Qual o Papel de Cada um?

No contexto do sistema judiciário brasileiro, a distinção entre o papel de juizes e burocratas se torna cada vez mais relevante ao analisarmos a forma como o poder é exercido e as responsabilidades que cada um carrega. Os juizes, tradicionalmente, são vistos como aqueles que interpretam e aplicam a lei, buscando garantir os direitos dos cidadãos e a justiça nas relações sociais. Eles actuam em um espaço onde a subjetividade, a equidade e a análise do contexto específico de cada caso são vitais. No entanto, sua atuação não ocorre no vácuo; é fortemente influenciada por um aparato burocrático que molda, facilita ou dificulta suas decisões.

Por outro lado, os burocratas – aqueles que servem no serviço público, especialmente em órgãos administrativos – desempenham um papel crucial na tradução das normas legais em procedimentos e políticas que impactam a vida cotidiana dos cidadãos. Eles são encarregados de implementar as leis, gerar regulamentações e garantir que os serviços públicos funcionem de maneira eficiente. A dinâmica entre juizes e burocratas frequentemente revela um espaço de tensões e interdependências, onde a burocracia pode tanto limitar quanto ampliar a capacidade dos juizes de fazer valer a justiça.

Em muitos casos, a burocracia é destinada a assegurar a aplicação equitativa das leis; no entanto, também pode ser vista como um obstáculo,



especialmente quando se torna excessivamente rigidificada e descolada das realidades sociais que visa atender. Isso levanta questões sobre se, em um cenário onde a burocracia predomina, os juízes ainda conseguem ter autonomia suficiente para inovar e atuar de forma justa em relação aos interesses públicos. A burocracia, em sua essência, busca garantir imparcialidade e continuidade nos serviços, mas, quando se torna excessiva, pode gerar um ambiente que prejudica a celeridade e a sensibilidade necessária nas decisões judiciais.

Ademais, a crescente judicialização da política e a expansão do papel do Judiciário em áreas que tradicionalmente seriam terreno exclusivo do Executivo ou do Legislativo aumentam a complexidade desse cenário. As decisões dos juízes, com frequência, transcendem a mera aplicação da legislação, envolvendo também uma análise crítica das políticas públicas e a promoção de justiça social. Isso exige que juízes estejam atentos às implicações de suas decisões na vida dos cidadãos, e isso, por sua vez, exige uma interação contínua com os burocratas que implementam essas políticas.

Portanto, as perguntas que surgem são: até que ponto juízes e burocratas podem coexistir sem que o exercício do poder de um interfira negativamente no outro? Existe um limite natural onde o papel do juiz deve parar, respeitando as competências da burocracia, e vice-versa? Um equilíbrio deve ser encontrado para que as decisões judiciais possam ser realmente efetivas e



benéficas. Por isso, compreender a inter-relação entre juízes e burocratas é essencial para avaliar o funcionamento do sistema jurídico brasileiro e suas implicações sobre a justiça social e a governança efetiva.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. A Influência das Decisões Judiciais sobre a Administração Pública

As decisões judiciais desempenham um papel crucial na interação entre o sistema judiciário e a administração pública no Brasil, influenciando profundamente a maneira como políticas públicas são implementadas e como os administradores públicos atuam. Essa influência se manifesta de diversas formas, desde a definição de direitos fundamentais até a revisão de atos administrativos, refletindo a complexidade e a dinâmica da relação entre juízes e burocratas.

Primeiramente, é importante notar que as decisões judiciais, especialmente aquelas proferidas em âmbito constitucional, podem transformar diretamente a execução de políticas públicas. Quando um juiz determina que uma determinada política é inconstitucional ou fere direitos básicos, essa decisão pode interromper ou modificar a execução de programas governamentais, exigindo que os burocratas se adaptem às novas diretrizes impostas pela justiça. Essa interdependência entre judiciário e o trabalho administrativo provoca, em muitos casos, um clima de insegurança jurídica que gera incertezas sobre a continuidade e a viabilidade de políticas públicas.

Além disso, a judicialização da política é um fenômeno que vem crescendo no Brasil, onde cidadãos e organizações da sociedade civil frequentemente recorrem ao judiciário para resolver questões que deveriam, em tese, ser



tratadas no âmbito administrativo. Esse movimento não apenas evidencia uma confiança crescente no sistema judicial como um meio de efetivar direitos, mas também sobrecarrega as cortes com demandas que, muitas vezes, poderiam ser resolvidas administrativamente. O resultado é uma pressão adicional para que os juízes atuem como intérpretes e aplicadores de políticas públicas, numa tarefa que, por essência, deveria caber ao poder executivo.

A influência das decisões judiciais também se reflete na formação de um novo paradigma onde práticas burocráticas enfrentam um embate constante com as expectativas sociais e as exigências judiciais. Os servidores públicos, que historicamente se comprometem a seguir normas e procedimentos estabelecidos, agora precisam estar constantemente atentos às decisões de tribunais, que podem moldar ou até subverter a lógica administrativa. Essa realidade transforma a administração pública em um campo de batalha onde a eficiência administrativa muitas vezes se vê em conflito com normas e interpretações judiciais que buscam garantir direitos individuais e coletivos.

Por fim, é evidente que a sinergia entre as decisões judiciais e a administração pública é tão rica quanto complexa. Enquanto a justiça busca assegurar a proteção de direitos e a legalidade nas ações do Estado, a burocracia pública enfrenta o desafio de responder a essas demandas de forma ágil e eficaz. Essa relação deve ser entendida não como um



antagonismo, mas como uma parceria potencial que pode promover maior justiça social e garantir a efetividade das políticas públicas. A reflexão sobre essa dinâmica é essencial para o aprimoramento tanto do judiciário quanto da administração pública no Brasil, especialmente em um contexto onde a confiança nas instituições é cada vez mais necessária.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. A Eficiência da Burocracia e a Justiça Brasileira

No contexto brasileiro, a relação entre a burocracia e a justiça revela-se fundamental para a compreensão do funcionamento do Estado e da sua capacidade de atender as demandas sociais. A burocracia, muitas vezes criticada por sua lentidão e rigidez, desempenha um papel crucial na estruturação e na sistematização dos processos judiciais. A eficiência da burocracia é, portanto, um elemento indispensável para garantir não apenas a rapidez das decisões, mas também a equidade e a transparência dos procedimentos legais.

A burocracia no Brasil é caracterizada por uma complexa rede de normas e regulamentos, que têm como objetivo assegurar que a administração pública funcione de maneira ordenada e justa. No entanto, essa mesma estrutura, quando mal gerida ou excessivamente complexa, pode tornar-se um obstáculo para a celeridade dos julgamentos e a efetividade das decisões judiciais. O que se observa, frequentemente, é que a lentidão dos processos pode ser atribuída não apenas à conotação negativa que se dá à burocracia, mas também à falta de recursos e a uma gestão ineficaz que não otimiza as ferramentas disponíveis para a justiça.

Ademais, a eficiência da burocracia tem implicações diretas na qualidade da justiça. Processos mal administrados, que demoram anos para serem



concluídos, resultam em prejuízos para os cidadãos, que ficam à mercê de um sistema que não atende a suas necessidades imediatas. Essa ineficiência gera, também, um ciclo vicioso: a desconfiança no sistema judiciário cresce, fomentando uma cultura de impunidade e desinteresse pela resolução judicial de conflitos. Assim, a burocracia, em vez de ser vista como um suporte fundamental à justiça, passa a ser encarada como mais um entrave na já combalida estrutura do poder judiciário brasileiro.

É crucial, portanto, que se busque uma nova forma de interação entre a burocracia e a justiça no Brasil. A implementação de tecnologias, a simplificação de processos e a busca por uma cultura organizacional que valorize a eficiência e o atendimento ao cidadão podem transformar a percepção sobre o papel burocrático e, conseqüentemente, a eficácia da justiça. Iniciativas que promovam a capacitação de servidores públicos e a `transparencia nas decisões`, aliadas a um `melhor ger` recursos financeiros, são ações que vêm se mostrando eficazes em outros contextos e podem também trazer resultados significativos para a realidade brasileira.

Além disso, a participação dos cidadãos no acompanhamento dos processos burocráticos e a promoção de mecanismos que efetivem a accountability no sistema judiciário são passos importantes para a construção de um sistema mais eficiente e legítimo. Quando a sociedade tem maior acesso e controle



sobre os procedimentos judiciais, a confiança no sistema se fortalece, reduzindo assim a sensação de impunidade e aumentando a percepção de segurança jurídica.

Em suma, a eficiência da burocracia e a justiça brasileira se entrelaçam de maneira complexa, e a melhoria de um aspecto depende, em grande medida, da reavaliação do outro. É imprescindível que o Brasil busque caminhos que promovam a efetividade da justiça, respeitando os princípios da burocracia que visam a ordem e a equidade, ao mesmo tempo em que se moderniza para responder às urgências do povo. Assim, poder-se-á vislumbrar um sistema judiciário que, longe de ser visto como uma máquina lenta e ineficiente, se apresente como um pilar que fomenta a justiça social e a democracia.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Desafios e Oportunidades na Era da Justiça Descentralizada

A era da Justiça descentralizada traz consigo uma multiplicidade de desafios e oportunidades que exigem uma reavaliação dos paradigmas tradicionais que têm dominado o sistema judiciário brasileiro. Este movimento para uma justiça mais descentralizada oferece a chance de inovar na forma como a justiça é administrada e percebida pela sociedade.

Entre os principais desafios, destaca-se a resistência cultural à mudança. O modelo tradicional de justiça, fortemente centralizado e burocrático, está enraizado nas práticas diárias e na mentalidade dos operadores do Direito. Essa resistência pode se manifestar em diversas formas, como a resistência dos próprios juízes em abrir mão do poder que historicamente detêm e a relutância por parte dos advogados de adaptarem-se a novos sistemas e métodos. Para que haja uma real implementação da Justiça descentralizada, é fundamental promover uma mudança na mentalidade de todos os atores envolvidos e um investimento na educação continuada, garantindo que todos estejam preparados para essa nova realidade.

Outro desafio significativo refere-se à integração das tecnologias da informação no sistema judiciário. Apesar de a tecnologia oferecer ferramentas valiosas para a descentralização e eficiência dos processos, sua implementação enfrenta barreiras, como a falta de infraestrutura adequada



em algumas regiões e a capacitação insuficiente dos profissionais do Direito. A sociedade espera que a Justiça descentralizada ofereça não apenas uma resposta mais rápida e eficiente, mas também um sistema acessível a todos, independentemente de sua localização geográfica.

Entretanto, as oportunidades que surgem com essa nova era são igualmente vastas. A descentralização permite a democratização do acesso à justiça, oferecendo às comunidades a chance de se tornarem protagonistas na resolução de seus conflitos. Por meio de mecanismos como a mediação comunitária e o uso de plataformas digitais, é possível facilitar a participação cidadã e permitir que as pessoas se envolvam ativamente em processos que afetam suas vidas.

Além disso, a descentralização pode ser vista como uma estrada para a inovação na administração da Justiça. Novos modelos de governança que integrem diferentes esferas da sociedade e mecanismos de controle social podem emergir, promovendo a transparência e a responsabilização. A colaboração entre juízes, advogados, organizações não governamentais e cidadãos pode criar um ecossistema mais eficaz e inclusivo.

Devemos também considerar as experiências internacionais que têm mostrado resultados positivos com a Justiça descentralizada. Casos de países que implementaram práticas de justiça restaurativa ou de resolução de



conflitos baseada na comunidade oferecem lições valiosas que podem ser adaptadas ao contexto brasileiro. A troca de experiências com essas nações e a adoção de melhores práticas podem ser catalisadores essenciais para o sucesso da justiça descentralizada no Brasil.

A era da Justiça descentralizada apresenta, portanto, não apenas desafios a superar, mas também uma janela de oportunidades para reinventar o sistema judiciário brasileiro. Ao se adaptar e evoluir frente a essas novas realidades, o Brasil poderá construir um sistema de justiça mais justo, acessível e eficiente, refletindo de forma mais fiel os valores e necessidades da sua população.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Reflexões Finais: Caminhos para um Novo Modelo de Justiça

A discussão levantada ao longo do livro "JUÍZES OU BUROCRATAS?" de Clara Mota revela uma realidade complexa e multifacetada do poder judiciário no Brasil. As reflexões finais sobre os caminhos para um novo modelo de justiça são essenciais para que possamos vislumbrar alternativas que contemplem tanto a eficiência administrativa quanto a proteção dos direitos dos cidadãos. A busca por um sistema que equilibre a imparcialidade judicial com a agilidade burocrática é um desafio que não pode ser ignorado.

Uma das propostas mais relevantes neste contexto é a ideia de um judiciário mais acessível e transparente. A burocracia muitas vezes cria barreiras que impedem o pleno exercício da justiça, tornando-a um privilégio para poucos. Para mudar essa realidade, é fundamental promover uma maior desburocratização dos processos judiciais. O uso da tecnologia e da inovação pode ser uma grande aliada nessa transformação, simplificando procedimentos e permitindo que os cidadãos tenham acesso mais rápido e fácil à justiça.

Além disso, é imprescindível repensar o papel dos juízes e seus conhecimentos técnicos. A formação continuada dos magistrados deve estar alinhada não apenas ao Direito, mas também a aspectos sociais, econômicos



e psicológicos que permeiam as decisões judiciais. Isso contribuirá para que os juízes se tornem verdadeiros mediadores de conflitos, mais do que meros aplicadores da lei. Essa mudança de paradigma é vital para a concretização de um judiciário que não apenas decida, mas que também escute e busque a compreensão das necessidades da sociedade.

Outro aspecto a ser considerado é a colaboração entre os diversos órgãos do sistema de justiça. Um novo modelo deve incentivar a integração entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, promovendo uma atuação conjunta e harmônica na busca por soluções eficazes. A construção de uma verdadeira cultura de Justiça que envolva participação social e diálogo constante pode ser o pilar para a promoção da cidadania ativa.

Por fim, a reflexão sobre a ética e a responsabilidade social dos operadores do Direito deve estar no centro desse novo modelo. É crucial fortalecer a consciência ética em todas as esferas do sistema judiciário, desde a formação acadêmica até as práticas diárias, garantindo que a justiça se mantenha como um valor supremo e não como um recurso apenas para os favorecidos.

Em suma, as propostas para um novo modelo de justiça devem ser pautadas pela equidade, transparência, e eficiência. A responsabilidade de moldar essa nova realidade recai sobre todos nós, cidadãos, juízes e burocratas. Somente com um esforço conjunto será possível transformar o cenário atual,



garantindo que a justiça realmente sirva a todos, cumprindo seu papel essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Juízes Ou Burocratas?

1. A justiça não pode ser tratada como uma mercadoria, e sim como um direito fundamental do cidadão.
2. O papel do juiz vai além de aplicar a lei; ele deve ser um agente de transformação social.
3. A burocracia, muitas vezes, distancia o poder Judiciário das realidades vividas pela população.
4. É essencial que haja uma conexão entre o Judiciário e a sociedade para garantir um acesso à justiça mais efetivo.
5. Os desafios enfrentados pelos juízes na era da burocracia exigem inovação e empatia na busca pela justiça.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso



Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min

Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21

Obter recompensa do desafio



0 vezes

Você completou



Descobrir

Biblioteca

Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

Ser uma pessoa eficaz

Ser um pai melhor

Ser feliz

Melhorar habilidades sociais

Abrir a mente com novos conheci...

Ganhar mais dinheiro

Ser saudável

Continuar